



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ACÁCIO OURIQUES JÚNIOR

A TRADIÇÃO DA CAÇA ENTRE UM GRUPO GUARANI-MBYÁ DO AMÂNCIO

Orientadora: Profa. Esther Jean Matteson Langdon

ACÁCIO OURIQUES JÚNIOR

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo fazer uma descrição da tradição da caça entre um grupo Guarani-Mbyá da aldeia do Amâncio, situada no interior do município de Biguaçu, litoral de Santa Catarina. Partindo de pesquisa exploratória onde fora levantado todo um conjunto de elementos relacionados à caça, verifiquei como os Mbyá vivenciam a referida tradição, com enfoque nas técnicas de construção de armadilhas e sua distribuição na floresta. O estudo também busca uma reconstrução da importância da caça entre os moradores mais antigos e as transformações que esta vem sofrendo com as migrações e mudanças ambientais. Finalmente, verifco a continuidade desta prática, bem como de que modo esta vem sendo transmitida às novas gerações. Com relação à metodologia, o trabalho procura seguir a técnica de observação participante, evitando entrevistas estruturadas e respeitando o característico temperamento contido dos Mbyá.

Palavras-chave: Guarani-Mbyá; Amâncio; Biguaçu; Caça

A TRADIÇÃO DA CAÇA ENTRE UM GRUPO GUARANI-MBYÁ DO AMÂNCIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Esther Jean Matteson Langdon

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 BREVE HISTÓRIA DOS GUARANI	12
3 OS PRIMEIROS CONTATOS EM SANTA CATARINA	15
4 OS GUARANI HOJE	17
5 A PRÁTICA DA CAÇA	21
6 ALGUNS REGISTROS HISTÓRICOS DA PRÁTICA DA CAÇA INDÍGENA	23
7 NA ALDEIA COM OS MBYÁ	26
Entrevista com o senhor Carlito	29
Entrevista com dona Rosa	31
8 A CAÇA NO ENTORNO DA ALDEIA	34
9 ARMADILHAS	38
10 DO EXTRATIVISMO EM GERAL	46
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
BIBLIOGRAFIA	48

ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Terras guarani no litoral	18
Figura 2: A aldeia	33
Figura 3: Mundé (armadilha de queda)	35
Figura 4: Inhuã (armadilha de laço para mamíferos)	37
Figura 5: Nhuã-i (armadilha de laço para pegar aves)	38

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à professora Esther Jean pela orientação, materiais fornecidos e toda a atenção dedicada. Também à professora Maria Dorothea Post que, apresentando-me a história e a realidade do grupo estudado, fez-me compreende-los melhor. Finalmente, agradeço à minha mulher, Adriana, pelo apoio contínuo.

1 INTRODUÇÃO

Nas serras do interior do município de Biguaçu, dois grupos Guarani-Mbyá se instalaram em área de encostas, outrora ocupada pela exploração madeireira, e em grande parte ainda coberta de vegetação nativa.

Olhando para o cenário por eles escolhido, pareceu-me natural que quisessem viver próximos à civilização e ao mesmo tempo sossegados, longe de prováveis problemas com vizinhos não índios. Mais tarde, quando comecei a conhecer, através da literatura antropológica, os critérios por eles usados para que uma localidade seja julgada boa para morar, entendi que ali havia mais que sossego.

As duas aldeias encontram-se na localidade de Amâncio, inscrita no distrito de Sorocaba do Sul, Região montanhosa e exuberante; é ali que o Rio Inferninho tem suas nascentes, na Serra do Itinga.

Se vista do mar, no sentido leste oeste, esta serra mostra-se protegida por outras elevações de altitudes inferiores. Primeiramente a Serra da Armação. Com pouco mais de 600 m, em sua base espria-se o município de Governador Celso Ramos. Logo atrás está a pequena Serra do Cabo Frio, com seus modestos 405 m de altitude. Um pouco para o sul e descendo ao mar a de São Miguel é um pouco mais alta e, colada a ela, a Serra Queimada, cuja encosta oeste sofre com a impiedosa exploração de uma grande pedreira. Entre esta última e a de Cabo Frio passa o rio Inferninho, já em altitudes muito próximas do mar (IBGE – 1974).

A distância geográfica entre as aldeias e o mar é de não menos que dezessete quilômetros, tanto em relação à praia de São Miguel quanto à Baía das Tijucas. Quanto à distância de percurso, é difícil apurar uma vez que, como já descrito acima, o terreno é muito acidentado e percorrido por estrada não pavimentada em grande parte do trajeto, notadamente no trecho final.

O acesso à vila de Sorocaba do Sul faz-se pela rodovia BR 101. Partindo de Florianópolis, ao passar a ponte sobre o Rio Biguaçu, entra-se para o município do mesmo nome, vendo-se, então, do lado esquerdo o dito rio e o extremo sul da

Serra Queimada, no lado oposto. Seguindo, aí, por rodovia asfaltada de mão dupla até a localidade conhecida como Encruzilhada. Neste ponto, segue-se para a direita e logo é possível vislumbrar a grande pedreira. Alguns quilômetros mais e o asfalto dá lugar à poeira e buracos que acompanham o motorista até o fim da viagem.

Só mais algumas elevações e curvas e o rio surge encostado à estrada, pelo lado direito, cavando um solo arenoso típico dos vales. Suas águas sinuosas são límpidas e rápidas, formando uma imagem que por si só justifica o passeio.

Pouco antes da subida da serra a estrada passa pelo "balneário" ou cachoeira do Amâncio, local onde as famílias da região se reúnem nos fins de semana para um churrasco e se refrescar nas quedas do Inferninho.

Foi neste local, por volta de 2003, que fiz o primeiro contato com os Guarani Mbyá. Na época meu objetivo na serra era observar pássaros. Acompanhado de um casal de amigos, procurava lugares escondidos que apresentassem florestas remanescentes onde aves raras se refugiam.

Depois de uma parada na cachoeira retomamos a estrada, momento em que vimos um indígena caminhando em direção a serra. Levava nas costas uma pesada sacola de mantimentos. Imagem que surpreendeu a nós três, uma vez que na região costuma-se vê-los em áreas mais próximas das cidades. Logo meu amigo, ansioso para saber mais sobre aquela figura estranha, decidiu lhe oferecer uma carona. O homem, feliz com a cordialidade, embarcou no carro e em pouco tempo já estávamos na sua aldeia.

Foi ainda mais surpreendente e encantadora a visão da aldeia. Encostado na Mata Atlântica e circundado por um regato, aquele pequeno conjunto de casinhas de palha parecia uma imagem do passado. Somado a isso, um pequeno detalhe deixado no chão, ao lado do caminho, atraíu muito a minha atenção. Era um rabo de tatu.

Apenas uma cauda cortada, com o sangue visivelmente fresco. Deduzi que a ação decorreria recentemente e que não fora de autoria animal, visto que nenhum deles desperdiçaria uma cauda carnuda. Era tudo uma evidência de que ali, na Serra do Itinga, ainda havia mamíferos silvestres em quantidade suficiente para serem caçados com certa regularidade. E um dos prováveis caçadores subira a serra de carona.

Assim ficou marcado meu primeiro encontro com os indígenas do Amâncio. Na época eu desconhecia a etnia Mbyá e nem mesmo tinha, ainda,

retornado ao curso de Ciências Sociais. Cinco anos mais tarde, em 2008, decidi que o trabalho de conclusão de curso trataria sobre a tradição da caça.

No outono daquele ano decidi procurar a aldeia que visitara uma só vez. Depois de pedir informações para os cidadãos de Sorocaba, finalmente encontrei a estrada para o Amâncio. Já na serra, continuei desorientado, até que um golpe de sorte pôs fim à minha ansiedade. Encontrei três índios descendo a estrada.

Eu os cumprimentei e lhes falei de minhas intenções. Eles me indicaram a localização da aldeia e com quem deveria lá conversar. Quando cheguei ao cobijado destino encontrei um homem, Marciano, a quem imediatamente me apresentei e expliquei a razão de minha presença ali. Tive, assim, sem maiores rodeios, a minha permissão para frequentar o local e sistematicamente lhes fazer perguntas referentes à prática da caça.

A partir daí foram mais quinze visitas à aldeia onde tive como principais colaboradores Marciano, filho do senhor Carlito, o patriarca, e mais Roberto e André, seus genros. E, conforme verifiquei pouco tempo depois, é Roberto o mais ativo caçador ali, é quem está continuamente patrulhando as trilhas. Duas vezes fui acompanhado por ele em caminhadas pela mata para verificação de armadilhas e uma vez com André. Assim conheci as três armadilhas ali regularmente usadas, mais adiante descritas. Procurei manter com eles a técnica de observação participante, evitando perguntas estruturadas, para que se sentissem a vontade, sem os perturbar no seu ritmo cotidiano de trabalho.

Esta aldeia que me propus estudar encontra-se próxima da precária e difícil estrada que percorre a serra, num trecho da encosta aparentemente acima de 300 metros de altitude. Mas não é possível vê-la daí, pois está oculta centenas de metros, no ponto em que uma larga área de pastos e capoeiras limita-se com uma área de mata remanescente.

O acesso é feito a partir de uma bifurcação onde outra estrada, mais estreita, desce subitamente para o lado direito. Logo em seguida cruza o Inferninho através de uma pequena ponte de madeira. A partir daí um antigo caminho que serviu à extração de madeira leva o visitante até a aldeia. No seu limite já é possível avistar algumas casas. Mas, para se chegar ao núcleo principal, é preciso, ainda, passar por uma porteira e tomar uma estreita trilha a direita, mergulhando em serrada vegetação cuja sombra quase esconde um dos afluentes do Inferninho. Sobre este, uma pequenina ponte feita de troncos de samambaia conduz para uma

área aberta e íngreme. Vencido este último obstáculo, o gracioso agrupamento de casas mostra-se a frente.

A imagem dessas cinco residências é de causar surpresa e alegria ao visitante desavisado, visto que são construídas com materiais colhidos na floresta vizinha e seguem uma estética característica.

São casas pequenas, com telhados de duas águas que descem até uns setenta centímetros do chão. A cobertura é composta de folhas de palmeira guaricanga, uma espécie pequena que ocorre no estrato inferior da mata. Sobre este primeiro revestimento é adicionada uma grande quantidade de taquaras partidas longitudinalmente e viradas pelo avesso, dando-lhes forma de longas e finas calhas que, unidas, ajudam no escoamento da água. Não há janelas, apenas uma porta frontal. As paredes apresentam a conhecida técnica de varas cruzadas na forma de grade e preenchidas com barro. Mas há também paredes feitas com aqueles troncos de grandes samambaias, já citadas. Tais peças são colocadas verticalmente de forma a ficarem bem unidas. Este exótico material de construção é resistente ao ataque de cupins, além de ser um bom isolante térmico, mantendo o interior quente no inverno e fresco no verão. Toda a estrutura é mantida por quatro toras distribuídas pelos cantos da edificação, podendo haver outras duas no meio. A estrutura do telhado segue o mesmo estilo, com materiais extraídos da mata. Mas, ao contrário do que parece, a fixação das madeiras que formam sua armação é feita preferencialmente com grandes pregos, dada a sua maior durabilidade e resistência ao impacto dos ventos.

Há um pequeno galinheiro feito de varas e com um telhado de uma só água. Sua cobertura é feita apenas com folhas de guaricanga, não recebendo o revestimento de taquaras. Em 2010 este galinheiro deu lugar a um chiqueiro para dois porcos.

O quintal em torno das casas é mantido sempre limpo, dividindo perfeitamente a área residencial e a capoeira cerrada. Nele muitos animais circulam livres, notadamente os muitos cães. Todos esqualidos e apresentando sarna. Há muitas galinhas e alguns patos que desfrutam de uma água semi estagnada nos fundos do terreno.

O pouco espaço plano é ocupado pelas residências, restando os declives para as atividades agrícolas. Mas não é muito visível o cultivo nas encostas onduladas do entorno da aldeia. Há uma área desmatada de aproximadamente dois

hectares e, na sua quase totalidade, é ocupada por ervas daninhas. Dois tipos de feijão e seis de milho, além de batata e banana estão entre os produtos ali produzidos. No centro da aldeia duas palmeiras nativas, chamadas jerivá, foram poupadas da derrubada.

Neste cenário idílico vivem os Mbyá do Amâncio, da aldeia de cima. São cerca de vinte pessoas que formam uma família extensa. Um casal de idosos, três casais de jovens (filhos, filhas, genros, noras) e muitas crianças pequenas.

A vida ali está diretamente ligada à produção da terra. No entanto, os cultivos e as pequenas criações exercem papel secundário na economia local, uma vez que as provisões são regularmente mantidas com a aposentadoria do patriarca. Já os materiais para construção de casas, o combustível, a matéria prima do artesanato e muitas plantas medicinais são, todos, recursos que a floresta lhes fornece.

Uma rede de trilha, que se irradia da aldeia para todas as direções da serra, leva os habitantes para os locais de coleta. A taquara é uma das espécies mais cobiçadas, notadamente para a confecção de um grande número de utensílios. Dada a proximidade da mata, pois esta literalmente abraça a área residencial, só é preciso caminhar poucos minutos para encontrar suas riquezas.

2 BREVE HISTÓRIA DOS GUARANI

A história das terras baixas sul americanas tem suas principais fontes nos relatos quinientistas de conquistadores, religiosos e mercadores que, por diferentes motivações, visitaram o continente.

Hoje a arqueologia e a etnologia trabalham juntas na construção de um conhecimento plausível a respeito da vida dos povos pré-colombianos. Reavaliando os textos dos primeiros séculos da conquista e confrontando-os com novas descobertas arqueológicas, sobretudo na Amazônia, especula-se sobre a demografia, grau de sofisticação, dimensão da intervenção na paisagem "natural", deslocamentos e outros temas.

Embora a maior parte do território Guarani se encontre tomada pelo processo de urbanização e propriedades rurais, inibindo, assim, as atividades arqueológicas, escavações recentes feitas na Amazônia têm contribuído significativamente para o entendimento das civilizações pré-colombianas como um todo. Assim, alguns elementos relacionados à pré-história Guarani vem sendo reunidos. No entanto, tais pesquisas ainda são inconclusivas o suficiente para manter as velhas fontes documentais em posição de prestígio.

Segundo Carlos Fausto (2002), no século XVI os europeus encontraram uma população ameríndia bastante homogênea, em termos culturais e linguísticos, distribuída pela bacia do Paraná-Paraguai e por toda a costa brasileira. Os Tupi dominavam o litoral desde Iguape até o Ceará. Os Guarani ocupavam o interior e litoral meridionais. Distribuídos pelo atual Paraguai, sobretudo na margem esquerda do grande rio, no extremo nordeste da Argentina e, nos atuais estados do sul do Brasil, pela calha do Rio Paraná. Uma população menor estendia-se pelo litoral, indo da lagoa dos patos até Cananéia.

Grupos minoritários, chamados genericamente tapuias, espremiam-se entre este território Tupi-Guarani. No sul, entre o litoral e as bacias do rio Paraná, os Xokleng e Kaingang percorriam os platôs cobertos de araucárias e campos de altitude. Mais ao sul, nos pampas, os Charua limitavam a expansão Guarani.

Cercados pelo território Tupinambá, os Goitacá defendiam uma área relativamente pequena na foz do Paraíba. Do norte do Espírito Santo ao Sul da Bahia encontravam-se os Aimoré, e entre o Ceará e o Maranhão, os Tremembé.

Segundo a opinião dominante, a tradição Tupi-Guarani tem origem na bacia Paraná-Paraguai, onde, em desconhecido momento, uma população migrou para o norte, marcando assim, com o passar dos séculos, uma distinção étnica entre Tupinambá e Guarani.

Uma proposta alternativa sugere algo muito diferente. Para Brochado, citado por Fausto (2002), a origem dos tupi guaraní estaria na Amazônia. Agora com base em dados arqueológicos, vê-se um deslocamento de norte para sul, tendo os proto-Guarani descido o rio Madeira-Guaporé e alcançado a bacia Paraná-Paraguai. Tal migração teria ocorrido entre mil e quinhentos e dois mil anos atrás. Já os proto-Tupinambá teriam descido o Rio Amazonas até sua foz, ocupando, em seguida, a longa faixa costeira até o sudeste onde foram barrados pelos Guarani. Este deslocamento teria ocorrido durante a época medieval.

Segundo Fausto (2002) a hipótese de Brochado é estimulante mas levanta um problema crucial, qual seja, o longo período de tempo que os grupos estiveram separados encontra, na notável semelhança das línguas Guarani e Tupinambá, um sério elemento complicador. Como explicar que grupos étnicos tão semelhantes permaneceram separados por aproximadamente mil e quinhentos anos?

A discussão sobre a origem dos Tupi-Guarani prosseguirá, paralelamente, com as contínuas descobertas da arqueologia nas terras baixas da América do Sul. Dependemos muito das escavações arqueológicas, uma vez que as fontes documentais, embora importantes, são díspares e sobrecarregadas de valores europeus da época.

Segundo John Manuel Monteiro(2002), é bastante problemático falar de uma nação Guarani homogênea e monolítica. Até hoje é difícil afirmar algo sobre o território e a demografia dos Guarani, uma vez que as fontes históricas são dispersas no tempo e no espaço. Relatos de conquistadores quinhentistas, ocorridos principalmente no litoral sul, mostram realidades distintas das apontadas pelos jesuítas, cujo contato se deu, sobretudo, no início do século XVII.

Monteiro faz uma revisão dos dados etnográficos referente à população guarani, indicando estimativas bastante divergentes. John Hemming propõe que o

território brasileiro contava com 258.000 índios guarani. Uma "adivinhação pura", segundo o próprio autor (MONTEIRO, 2002, p. 478). No outro extremo, Pierre Clastres, com muito otimismo, sugere um total de 1.500.000 guaraní distribuídos em um território de 350.000 quilômetros quadrados entre a Argentina, Paraguai e Brasil. Uma idéia fantasiosa, segundo Melià (Monteiro), já que o território é fragmentado e sua distribuição populacional bastante irregular.

Segundo Monteiro, a perspectiva de Hemming, embora cuidadosa, apresenta uma história dos Guarani que parece uma crônica de sua extinção. Enquanto Clastres, na sua visão otimista, abre o debate para a questão da sobrevivência do povo Guarani frente ao contato (Monteiro).

Como sugere Monteiro (2002), o processo de conquista foi lento e descontínuo. Não havia uma superioridade absoluta dos europeus diante de índios presumivelmente indefesos. A conquista se deu aos poucos, através de uma penetração lenta no vasto e desconhecido território da América do Sul. Tanto na costa como no interior a penetração europeia é submetida às contingências impostas pelas relações com diferentes povos nativos. Tais como alianças com povos em conflito, aliciamento de nativos para ajudar no avanço da conquista e estímulo ao processo de mestiçagem para engrassar as populações de colonos. Nesta perspectiva a "conquista" é relativa. Passa-se, então, a considerar um processo de assimilação entre duas civilizações. No lugar de uma visão simplista divisando opressor e oprimido, temos uma proposta realista concebendo a história da construção de uma sociedade mestiça. Assim temos os Guarani não como um povo em extinção, mas, antes, como um sobrevivente que se expande.

para alguns, providenciais, pois sem a presença dos índios, a desolação e as privações certamente derrotariam esses viajantes.

Talvez o mais notável dos primeiros contatos com os Guarani tenha sido a estada de Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca(1999), que permaneceu na ilha por alguns meses e, assim como Aleixo Garcia, reuniu um grupo de índios e penetrou no sertão. Partindo da Ilha de Santa Catarina, através das montanhas selvagens do sul do Brasil, seguiu o lendário caminho peaberú, até atingir o Paraguai.

3 OS PRIMEIROS CONTATOS EM SANTA CATARINA

Como afirma o historiador João Carlos Mosimann, o primeiro contato com os Guarani deu-se em 1504, quando o Frances Binot Paulmier de Gonneville aportou na ilha de São Francisco do Sul, norte de Santa Catarina (MOSIMANN, 2004). O navegador francês deixou registrado em seu relatório de viagem toda sua feliz experiência com os pacíficos Carijós, como foram chamados os guarani.

Passado pouco mais de uma década do contato de Gonneville, uma das caravelas da frota de Juan Dias de Solis, cuja morte trágica dera-se pouco antes, nas margens do Rio da Prata, naufragou no extremo sul da Ilha de Santa Catarina. Dos quinze tripulantes, onze sobreviveram, nadando até a ilha. O mais notório destes chamava-se Aleixo Garcia. Português de nascimento, após conviver um tempo com os Carijó, liderou uma audaciosa expedição, tendo os índios como guias, até os Andes, nas minas de Potosi, dando início, assim, ao episódio que, segundo Rosana Bond (1998), marcou o primeiro contato entre europeus e os Incas e, também, os Guarani do interior, antes mesmo de Cabeza de Vaca.

Em 1521, a expedição portuguesa de Cristóvão Jaques aportou na Ilha de Santa Catarina. Cinco anos depois, conforme Evaldo Pauli (2000), foi a vez de Don Rodrigo de Acuña. Ambos encontraram na ilha alguns dos onze naufragos de Solis.

Outro importante contato entre europeus e Carijó, marcado por uma intensidade digna de nota, vivenciou Caboto, ainda no ano de 1526, quando no sul da Ilha de Santa Catarina montou um estaleiro e, com o apoio dos índios, construiu um barco. São bastante ilustrativos os registros da época relativos às negociações com os nativos. Um documento de Enrique Montes, integrante da expedição de Caboto, mostra, em detalhes contábeis, uma lista de produtos fornecidos pelos Carijó. Tal lista apresentava nada menos que duzentos e setenta e três veados, duzentos e noventa e oito galinhas, duas antas, oitenta patos, cinquenta e duas calabças de mel cru, além de muito milho, carvão, uma canoa e vários outros artigos. As mercadorias e serviços eram trocados por anzóis, cunhas, tesouras e outros objetos. O episódio mostra como os primeiros contatos foram amistosos e,

4 OS GUARANI HOJE

Nos últimos séculos, a área de distribuição Guarani tem permanecido quase a mesma. Uma grande população no nordeste da Argentina e Paraguai oriental e uma crescente distribuição de aldeias ao longo do litoral sul e sudeste do Brasil, além de algumas comunidades isoladas pelo interior dos três estados do sul.

Importante observar a coincidência entre a distribuição da grande maioria das aldeias Guarani com a área de ocorrência da Mata Atlântica na América do Sul. E dos três principais grupos Guarani, os Mbyá são considerados os mais relacionados a este ambiente natural.

A classificação dos Guarani em três grupos (Mbyá, Nandeva e Kaiová) partiu do grande etnólogo Egon Schaden (1974). Tal classificação baseia-se em características culturais e linguísticas, sendo Mbyá um dos dialetos da língua Guarani, família Tupi-Guarani, tronco linguístico Tupi.

Segundo Maria Inês Ladeira (2007), no litoral brasileiro os Guarani identificam-se como Mbyá. Estão intimamente ligados ao ambiente florestal, cuja composição florística e riqueza apresentam-se fortemente na vida religiosa, xamanística e econômica. Todo um "modo de ser", um sistema de produção da vida, nos planos econômico, social e religioso, tem como exigência um cenário adequado que possibilite a continuidade do costume ancestral.

Os Mbyá foram citados na literatura do século XIX com o nome genérico de caingua ou kaygua (LADEIRA, 2007), conforme Cadogan (1952, p. 233). Diz este autor, citado por Ladeira, tratar-se de um termo depreciativo derivado de ka'aguygua, que significa "habitantes das matas". Já para Hélène Clastres (1978, p. 10), diz Ladeira, os Mbyá descendem dos caingua ou caingua. Denominação que lhes foi atribuída por terem permanecido refugiados, por longo tempo, em florestas inacessíveis e livres da influência dos colonos e jesuítas. Assim, mantiveram sua autonomia.

A questão da territorialidade Mbyá vem, invariavelmente, acompanhada da prática do deslocamento, da mobilidade. Muito embora não lhes seja adequada

uma classificação de grupo fixo ou sedentário, pois estatísticas mostram que as populações variam muito, também não é adequado vê-los como nômades. Certo é que suas características culturais, nesse aspecto, denotam "grande mobilidade e interação social entre grupos distantes" (LADEIRA, 2007).

Hoje as populações Mbyá somam aproximadamente mil e novecentas pessoas. Cerca de quinhentas nos três estados do sul, novecentas em São Paulo e quatrocentas e cinquenta para o Rio de Janeiro e Espírito Santo (LADEIRA, 2007).

Em Santa Catarina, como nos outros estados brasileiros, os Mbyá estão distribuídos ao longo do litoral. São pequenas comunidades que somam, em média, algumas dezenas de indivíduos. Como referido acima, há uma busca constante por terras próximas de áreas florestadas.

Uma publicação do Centro de Trabalho Indigenista, de 2004, mapeou essas aldeias e, em ricos detalhes, ilustrou o uso que os Mbyá fazem da mata. Assim, numa rápida leitura pode-se ver, em legenda muito didática, como são constantes os elementos da Mata Atlântica que lhes são de interesse. Tais como cipó imbé, ervas medicinais, corticeira, jerivá, madeira, frutas nativas, palmito juçara, taquara, cateto, jacu, paca, tatu e outros.

Ainda que as práticas extrativistas e a relação com o mundo natural tenham um papel de destaque, sobretudo na cosmologia Mbyá, não se deve esquecer que esta é uma sociedade agrícola. Uma grande quantidade de vegetais é cultivada e muitas são as plantas semi domesticadas.

O interessante trabalho de TCC de Diogo Oliveira (2009), feito na aldeia de São Miguel, mostra o rico conhecimento da flora encontrado ali. Não menos interessante é sua descrição do processo de difusão de espécies através do território Guarani. O autor nos fala de plantas da bacia do Paraná que foram trazidas, durante séculos, para o litoral e vice versa. Isto é, os deslocamentos Mbyá além de terem um importante papel social, na medida em que constituem o momento de reforçar laços de parentesco e amizade, também possibilitam a permuta de plantas entre as comunidades distantes.

Diogo investiga a possibilidade do manejo agro-florestal, praticado desde tempos pré-coloniais, ter influenciado a composição florística da Mata Atlântica, alimentando, assim, uma questão cada vez mais presente: a rica biodiversidade de nossas matas é natureza pura ou parte desse patrimônio se deve a mão indígena?

Terra para plantar e florestas para viver. Os Mbyá são criteriosos na escolha do lugar para se estabelecerem - ainda que não tenham muita escolha, pois, como sabemos, seu território ancestral está, hoje, entre as mais urbanizadas regiões do Brasil. Assim, eles se esgueiram pelo litoral sul e sudeste, procurando áreas que ainda guardam manchas remanescentes da Mata Atlântica de onde vertem córregos de águas limpas.

Assim, na região da Serra do Tabuleiro encontram-se aldeias no Morro dos Cavalos, Massiambu, e Morro do Cambirela. Todas com as características referidas acima. Também os de São Miguel procuraram ficar perto dos montes cobertos, como seus parentes no litoral do Paraná e de São Paulo também o fizeram.

Como refere Aldo Litaiff (1996), citando Meliá, "sem *tekoá* não há *teko'*". *Tekoá* é o lugar que dá condições para o modo de ser Guarani. E *teko'* significa o modo de ser, as normas, o sistema. Mas o significado do espaço físico, *tekoá*, não está separado do sistema social, religioso e moral, *teko'*. Ao contrário, ambos formam um só conceito do estilo de vida guarani autêntico. Ou seja, para ser guarani, é necessário ter os dois.

Os Mbyá do Amâncio parecem ter encontrado o local ideal na Serra do Itinga, próximo às nascentes do Rio Inferninho. Em 2002, o senhor Carlito e sua esposa dona Rosa se estabeleceram ali, definitivamente, para exercer *ñande reko*, nosso sistema, como registrou Maria Dorothea Post Darella (2004). Ainda segundo Darella este grupo formado por cerca de vinte pessoas, uma família extensa cujos progenitores são o senhor Carlito e dona Rosa, são procedentes da região paraguaia fronteiriça ao Brasil. É a região das cataratas na bacia do Paraná. Partindo daí, deslocaram-se pelo sul do Brasil, do Rio Grande do Sul subindo pelo litoral, até Florianópolis.

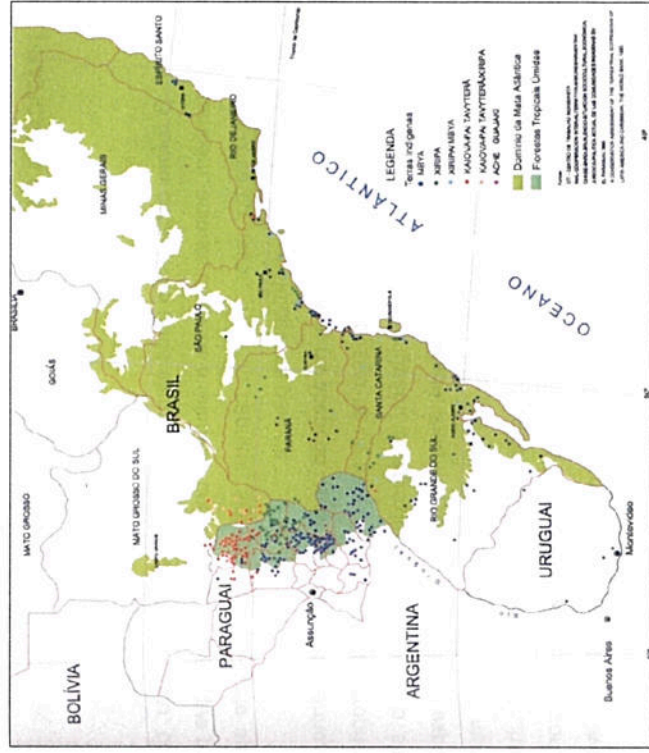


Figura 1: Terras Guarani no Litoral.

Fonte: Maria Inês Ladeira e Priscila Matta. **Ka Aguy Oreramoi Kuery Ojou Rive Vaekue Y. As Matas Que Foram Reveladas aos Nossos Antigos Avós.** São Paulo: CTI (Centro de Trabalho Indigenista), 2004.

Por essas razões caçar na floresta não é nada fácil. E nos ajuda a entender, de imediato, a necessidade do uso das armadilhas.

5 A PRÁTICA DA CAÇA

O termo caça, tanto pode significar caçada, ou ato de caçar, como pode significar, também, animais caçados e, ainda, o conjunto de animais que podem ser caçados. Já o verbo caçar, do latim *captiare*, significa precisamente apossar-se, apoderar-se, conforme a etimologia da palavra.

Caçar animais significa, na acepção usual e ocidental do termo, espreitar e pegar pra si. Caçar é, então, apossar-se de animais cujo dono ou proprietário não existe. Eles não pertencem a ninguém. É aproximadamente este o sentido da expressão ir caçar, em nossa sociedade. Para nós, ocidentais, sair em expedição de caça significa praticar extrativismo animal. É incursionar num mundo que entendemos como definido por criaturas de ocorrência espontânea, a fauna e a flora nativas. Num reino de seres que já estavam lá antes do homem e que, portanto, não incorporaram trabalho humano. É uma terra de ninguém, onde se está livre para a aventura de caçar.

Entendo, assim, o conceito de caçar, como uma prática de extrativismo animal. Entrar no mato, identificar a presença de animais, rastros, preparar armadilhas, esperar, voltar para verificar, capturar e ou abater.

Para os Guarani é diferente, os animais tem um dono, segundo meu colaborador Zé, da aldeia Amaral, e é preciso pedir permissão a ele para matar os bichos. Ladeira (2008, p 138) faz uma interessante exposição da cosmologia guarani relacionando os donos das diferentes espécies animais.

O antigo território Guarani era em sua maior parte florestal, sendo sua caça especializada em animais deste ambiente. Diferente dos animais de savana os florestais são esquivos e vivem ocultos nos matagais. Boa parte deles tem vida crepuscular ou noturna, características comportamentais que os tornam quase invisíveis. É sabido também, que nas florestas tropicais e subtropicais há grande diversidade de espécies, mas tal benesse contrasta com a típica escassez de indivíduos que normalmente vivem solitários ou em pequenos grupos espalhados pela floresta.

Matam-nas em fojos, em que caem, às flechadas. A carne é muito gostosa, como a de vaca, mas não tem sebo; e quer-se bem cozida, porque é dura; e tem o cacho como maça do peito da vaca; e no peito não tem nada. Os ossos destas alimárias, queimados e dados a beber, são bons para estancar câmaras; as suas peles são muitos rijas, e em muitas partes as não passa flecha, ainda que seja de bom braço, as quais os índios comem cozidas pegadas com a carne. Destas peles, se são bem curtidas, se fazem muy boas couraças, que as não passa estocada (SOARES, 1851, p. 244).

Em outra passagem, Soares fala das onças:

Armam os índios a estas alimárias em mundéus, que são uma tapagem de pau-a-pique, muito alta e forte, com uma só porta; onde lhes armam com uma árvore alta e grande levantada do chão, onde lhes põem um cachorro ou outra alimária presa; e indo para a tomar cai esta árvore que está deitada sobre esta alimária, onde dá grandes bramidos; ao que os índios acodem e a matam às flechadas; e comem-lhe a carne, que é muy dura e não tem nenhum sebo (SOARES, 1851, p. 245).

E sobre a caça de pacas e cutias, Soares constata:

Criam-se nestes matos uns animais, a que os índios chamam pacas, que são do tamanho de leitões de seis meses, tem a barriga grande, e os pés e mãos curtos, as unhas como cachorros, e cabeça como lebre, o pelo muito macio, ralado de preto e branco ao comprido do corpo; tem o rabo muito comprido, correm pouco. As fêmeas parecem duas e três crianças, comem frutas e ervas, criam em covas. Tomam-se com cães, e com armadilhas, a que chamam mundéus; são algumas vezes muito gordos, e tem a banha como porco; cuja carne é muito sadia e gostosa, assim assada como cozida; pela-se como leitão sem se esfolar, e assada faz couros como leitão, e de toda maneira é muito boa carne (SOARES, 1851, p. 252).

Os quatro autores quinzentistas nos mostram como o consumo de carne de caça era comum entre os índios e os primeiros europeus que por aqui passaram. Em inúmeros casos, aqui não incluídos, a descrição dos animais vem logo acompanhada de comentários acerca do sabor da carne. Mais interessante é a descrição das armadilhas que, se não são idênticas, ao menos muito se aproximam das encontradas hoje entre os Mbyá do Amâncio.

O bem ilustrado trabalho de John M. Cooper (1986) nos aproxima desse mundo das armadilhas e armas ameríndias. O referido autor faz uma minuciosa descrição, acompanhada de ilustrações, de uma grande quantidade de armas e armadilhas, relacionando-as aos respectivos povos que as confeccionam e às suas áreas de distribuição na América do Sul.

Uma importante contribuição para o conhecimento da prática da caça entre os indígenas paraguaios é o trabalho de Luigi Miraglia (1975). Em sua descrição das práticas de caça, coleta e agricultura o autor divide o território

6 ALGUNS REGISTROS HISTÓRICOS DA PRÁTICA DA CAÇA INDÍGENA

Hans Staden (1988), o lendário personagem dos primeiros momentos de nossa história, com riqueza de detalhes, relatou as práticas indígenas que tanto o impressionaram. Descrevendo uma passagem pelas montanhas da costa brasileira ele escreveu: "Vão atrás de caça nas montanhas, atiram-na, ágeis, com o arco e empregam com destreza outros petrechos, como laços e armadilhas, com que a apanham. Existe também na serra muito mel silvestre, que comem" (STADEN, 1988, p. 153)

Os escritos do frei Andre Thevet (1978) também constituem uma indispensável fonte documental que nos aproxima daqueles primeiros tempos. Referindo-se aos cuidados e negociações que Villegagnon deveria ter com índios do Rio de Janeiro, ele escreveu:

Os viveres eram-nos fornecidos pelos selvagens e constituídos dos alimentos do país, a saber, peixes e veação diversa, constante da carne de animais selvagens (pois eles, diferentemente de nós, não criam gado), além de farinha feita das raízes já dantes mencionada. Pão e vinho não havia. Em troca destes viveres, recebiam de nós alguns objetos de pequeno valor, como facas, podões e anzóis (THEVET, 1978, p. 94).

Fernão Cardin (1980), arcebispo de Évora, entre 1583 e 1590, em missão jesuítica, desde a Bahia até o litoral de São Paulo, descreveu as qualidades da terra brasileira.

Porco montes – Há grande cópia de porcos monteses, e he o ordinário mantimento dos índios desta terra, tem o embigo nas costas e por elle lhe saem hum cheiro, como de raposinho, e por este cheiro os seguem os cães e são tomados facilmente. Há outros chamados tayaquítica, sc., porco que bate, e trínca os dentes, este são maiores que os comuns, e mais raros, e com seus dentes atassalhão quantos animaes achão (CARDIN, 1980, p. 26).

Gabriel Soares de Souza, em 1587, observando as antas que habitavam as matas da Bahia, escreveu:

paraguai em duas grandes regiões, ocidental e oriental. A primeira é caracterizada pelo domínio das paisagens abertas e por climas extremos, seco e úmido: o chaco paraguai. A segunda tem a floresta tropical como cenário, apresentando um clima mais úmido, com estação seca pouco pronunciada, na região do alto Paraná. De acordo com essa mesma divisão do país em duas regiões foram localizadas as diferentes etnias e suas variadas práticas extrativistas, incluindo-se, aí, as distintas técnicas de caçar e fazer armadilhas.

7 NA ALDEIA COM OS MBYÁ

Posso dizer que esta etnografia teve início antes mesmo da minha chegada à aldeia. Pois, já na subida da serra pude constatar uma considerável área coberta de matas. Um cenário que, por si só, constitui um importante dado, como mais tarde pude entender melhor.

Mas a Serra do Itinga já sofreu com o desmatamento. Um método de extração seletiva de madeira, que consiste em pinçar somente as espécies nobres. Porém, tal técnica costuma ser aplicada de forma intensa, isto é, tirando todos os exemplares de madeira nobre, não deixando os espécimes imaturos, o que evidentemente promove o empobrecimento da floresta.

As espécies mais procuradas são a canela preta, árvore cuja madeira possui todas as qualidades, além de apresentar-se em grande abundância, sendo que em florestas primárias sua população compõe, aproximadamente, um terço ou mais das árvores superiores da mata. Outra espécie muito procurada, esta por sua resistência mecânica, é a peroba. Finalmente o cedro, cobijado pela indústria moveleira, esta árvore tem importante papel na religião Mbyá, conforme Ladeira (2008).

A despeito desse empobrecimento causado pelo extrativismo seletivo intenso o aspecto externo da mata permanece bom, como já referido acima, e a fauna consegue manter-se, uma vez que muitas espécies frutíferas permanecem ali. Outra curiosidade trazida por este tipo de extração é revelada pela abundância de taquaras. A retirada de boa parte das árvores superiores possibilita a penetração da luz no solo da floresta, desencadeando, assim, a germinação dessas plantas menores que aguardavam a luz do sol.

A maior área contínua de mata encontra-se nas partes mais elevadas da serra, enquanto as partes baixas são dominadas por cultivos e macegas. No entanto, pode-se ver pelos altos vários recortes ou falhas na mata, sem falar das grandes manchas de eucaliptos que se espalham por variadas altitudes. Estando proibida a extração de árvores nativas em áreas remanescentes da Mata Atlântica,

as velhas madeiras agora precisam plantar essas árvores estrangeiras. Única forma legal de lucrar com madeira por aqui.

A aldeia do Amâncio situa-se no limite da grande área contínua de mata. Uma faixa dessa floresta desce da encosta e, já mais empobrecida, vem sombreando o afluente do rio Inferninho que, por sua vez, passa pelo núcleo de casas perfazendo uma curva. Este riacho coberto fornece ótimo lugar para as mulheres locais lavarem suas roupas, deixando-as muito próximas de suas casas e dispondo de água abundante e limpa. Em ambos os lados desse córrego o espaço é aberto e nele predominam as macegas e algumas palmeiras isoladas como já referido acima.

A velha estrada que serviu às madeiras tornou-se uma trilha a partir da clareira onde estão as habitações. Segue para dentro da floresta rumo aos pontos mais altos da serra. Agora é a artéria principal daquela rede de trilhas utilizada no processo de extrativismo. Dela partem várias outras mais estreitas, algumas muito íngremes e tortuosas.

Na segunda vez que visitei a aldeia levei como presente três facões. Na ocasião tive a oportunidade de sair para uma ronda com meu primeiro colaborador, o Roberto. Mostrando cordialidade e muita habilidade no manejo do facão, ele seguiu na frente. Logo atravessamos o riacho da aldeia e seguimos pela trilha principal, em direção a mata. Cerca de dez minutos depois e Roberto escolheu uma das trilhas secundárias para inspecionar, foi quando tive a primeira impressão de seu ambiente de caça.

Já no interior sombrio da floresta e sob sua luz difusa, pude ver que as árvores ali alcançavam uma altura considerável e, embora sem as espécies de madeira nobre, seu aspecto era elegante e estimulante. As samambaias gigantes eram frequentes, com seus troncos delgados e encimados por copas ornamentais. Palmeiras pequenas, chamadas guaricangas, com folhas largas, são frequentes ali. É a espécie usada na cobertura das casas. A espécie que fornece o palmito, içara, já é bastante rara. Seguimos mais um pouco e Roberto decidiu voltar, desistindo desta trilha para entrar numa outra.

De volta à trilha principal, seguimos para mais próximo da grande encosta e, então, Roberto encontrou a que procurava. Dessa vez meu informante se mostrou ainda mais didático e atencioso, apontando para vários detalhes no mato. Primeiro um buraco no chão, grande o suficiente para dar passagem a uma bola de boliche. É

uma toca de tatu, disse ele. Mas com teia de aranha na entrada significa que o bicho não mora mais aí. Em seguida me mostrou pontos no chão em que a terra estava revirada e solta, era um claro sinal das garras de um quati. Depois vimos marcas bem definidas de garras no tronco de uma pequena árvore, eram mais sinais de quatis, disse. Continuamos seguindo a trilha até que encontramos algumas taquaras no alto da colina que subíamos, mas ele não as cortou. Agora, na cumeeira da colina, a trilha havia se reduzido a uma precária picada que só Roberto podia divisar. Seguiu desviando de árvores e passando por baixo de cipós, esgueirando-se através do que parecia um matagal intransitável e sem direção a vislumbrar. Mas o índio andava e olhava, mostrando reconhecer marcas de corte na vegetação. Pude ver, então, que o trecho da cumeeira era uma picada incipiente. Tratava-se de uma nova rota de extração de taquara e outras plantas, além de seu potencial de caça. Com o tempo a reincidência no local dará mais definição à picada, transformando-a numa nova trilha.

Se ainda restava-me, ali, alguma dúvida quanto a existência da tradição da caça, esta primeira experiência na mata, definitivamente, assegurou-me todas as certezas. Pois tinha, agora diante de mim, as evidências relacionadas ao manejo da floresta. Nos menores detalhes, como a indistintável habilidade com o facão, passando pela forma silenciosa e observadora de caminhar na mata e chegando nas conclusivas leituras de sinais da presença de animais.

Mas não parou aí a soma de elementos evidenciando a continuidade da tradição. Roberto encontrou a outra ponta da trilha e logo começamos a descer a encosta. Ao chegarmos num ponto ainda íngreme e com vegetação mais empobrecida, ele apresentou-me a primeira armadilha, um mundé, uma armadilha de queda. Estendido no chão estava um longo tronco de árvore. Suspenso numa das extremidades por amarrações fixadas em ramos delgados, a estrutura surpreendeu-me pelo tamanho e peso, tendo o tronco mais de dois metros de comprimento e vinte centímetros de diâmetro. Havia sido deixada ali tempo suficiente para provocar o escurecimento da madeira, o que lhe imprimiu um aspecto velho e mesmo podre, mas, no entanto, estava em funcionamento.

Após constatar a prática da caça, imediatamente procurei saber da frequência de seus resultados. Segundo Roberto, em um ano apenas alguns animais são abatidos nos mundés. Fato este que evidencia a não dependência desse fornecimento de proteína animal. Portanto, a caça não é importante sob o

ponto de vista econômico, e dada a sua baixa frequência nem poderia ser classificada como complemento alimentar. Sem querer impor respostas apressadamente conclusivas, posso dizer que essa tradição está presente ali porque sempre esteve. A caça pertence aos homens Mbyá.

A modalidade de caça predominante entre os Mbyá do Amâncio é a indireta. Isto é, a caça com armadilha. Mas não é a única, sobretudo no passado Mbyá.

Para ter uma idéia aproximada das mudanças ocorridas na tradição da caça, dado o deslocamento do grupo e o tempo percorrido, decidi realizar uma entrevista com cada um dos idosos que ali habitam: o senhor Carlito e a Dona Rosa. O casal patriarca que vivenciou a tradição na região fronteira ao Paraguai e, agora, vivencia aqui no litoral.

Entrevista com o senhor Carlito

No dia 21 de fevereiro de 2009 fiz minha primeira entrevista formal com o integrante mais velho da aldeia. Conforme havia marcado com seu filho Marciano na visita anterior. O senhor Carlito, muito cordialmente, se apresentou ao lado de seu filho, que se colocou como interprete. E Roberto também participou apoiando.

Embora tivesse preparado uma série de perguntas, preferi levar a entrevista de forma descontraída, como uma conversa, de maneira a evitar-lhe o cansaço. Igualmente cuidei para não insistir muito na busca das respostas ou de ser reincidente com perguntas. Receoso que estava de mostrar-me invasivo e inconveniente.

Segue abaixo o conteúdo da entrevista.

O senhor Carlito é procedente da região da bacia do Paraná, onde a floresta é classificada como subtropical semi-decídua ou estacional. Trata-se de uma formação florística muito semelhante à Mata Atlântica meridional, mas com menos umidade. Possui um solo mais rico e profundo, menos pedregoso. O arvoredo costuma ser mais robusto e, por isso, mais produtivo. Sua fauna é ainda mais semelhante, senão idêntica, sobretudo os mamíferos.

Ao lhe perguntar sobre o consumo de carne nos tempos em que lá residia, o senhor Carlito respondeu-me que a maior parte consumida na aldeia procedia do mato. Apenas algumas vezes comiam carne de gado. Esta era, com frequência, trocada por objetos ou serviços. Essa provável fartura de caça explica-se pela baixa densidade demográfica da região das cataratas e a grande extensão de mata. Até hoje aquela área conta com uma boa reserva. Salvo alguns pequenos conflitos com os brancos, a prática da caça no oeste seguia com normalidade.

Conforme o velho índio, a caça era um trabalho para homens, e não se limitava ao uso de armadilhas. Dada a abundância de bichos, havia boas motivações para seguirem em expedição de caça. Para tal modalidade recorria-se ao uso de arco e flecha, cães e espingarda. As expedições de caça eram destinadas, na maioria delas, aos animais maiores, notadamente a anta e o porco do mato. Já as armadilhas eram destinadas aos bichos menores como tatus, pacas e cutias. Disse-me, também, que não havia temporada de caça, pois caçavam todo o ano. E caçavam de tudo, exceto o mão pelada, o mesmo que guaxinim, e o tatu de rabo mole. Segundo o senhor Carlito esses dois bichos "tem sabedoria".

Quando o senhor Carlito veio morar no Amâncio também praticou a caça, mas limitou-se ao uso das armadilhas. Conseguiu abater tatus e cutias.

A entrevista seguia lenta e calmamente. O entrevistado falava baixo e pausadamente para seu filho que, para mim, passava a tradução com o mesmo tom de voz fleumático. Vendo o tempo passar e temendo o primeiro sinal de fadiga, apressei-me em perguntar a respeito das matas que cercam a aldeia ali. Que significado tem para o senhor Carlito? E nas suas palavras ele respondeu que a floresta é muito importante para a religiosidade. E disse, também, que teve um sonho com aquele lugar.

Esta entrevista objetivou colher alguns elementos da tradição da caça vivida por um representante da comunidade do Amâncio em época e lugar diferentes. Tal aproximação não teve a pretensão de montar respostas ou explicações conclusivas, visto que seria ato ingênuo lançar, sobre a entrevista acima, um olhar apressado e ansioso com relação à cultura da caça Mbyá. No entanto, não julgo uma temeridade pensar alguns daqueles elementos colhidos como evidências da continuidade da tradição.

Entrevista com dona Rosa

No dia primeiro de março de dois mil e nove fui agraciado com uma interessante conversa com Dona Rosa. Assim prefiro chamar a entrevista aplicada de forma muito descontraída, dona Rosa goza de boa saúde e disposição física, não demonstrando a idade que tem. Está sempre muito atenta, esboçando um ar de simpatia e interação.

Assim como o senhor Carlito, dona Rosa também é procedente da região oeste, na bacia do rio Paraná. É a região que concentra a demografia Guarani e onde, segundo Ladeira, em alguma parte daquelas matas os antepassados dos Mbyá permaneceram isolados e ignorados pelos encomenderos espanhóis e jesuítas.

Primeiramente, procurei buscar as lembranças que dona Rosa trazia da região das cataratas, indagando-lhe a respeito de seus parentes e a prática da caça lá. Precisamente se seu pai e seus irmãos caçavam e que modalidade de caça era mais praticada.

Disse-me que caçavam muito, principalmente com arco e flecha. Preferiam sair em expedição de caça com o fito de alvejar a anta e o veado. Também procuravam os bichos pequenos, mas estes eram aguardados nas armadilhas.

Como diz Dionísio Gonzalo Torres (1987), caçar com arco e flecha ou com lança dá mais prestígio. Tal prática é para os bravos guerreiros. Os que saem em expedição de caça são, assim, iguados aos que vão para a guerra. São mais valorizados que os que se limitam a fazer armadilhas.

Com relação à caça hoje eu perguntei como é a preparação para a caça. Dona Rosa me falou, então, das rezas. Disse-me que primeiro é preciso fazer uma reza para Nhanderú. Pedir sorte para matar os animais e pedir permissão para ele. Pedir, também, para não acontecer acidente, especialmente com cobra venenosa. A reza é feita na noite anterior, antes de dormir.

Caçar é para homens. As mulheres aguardam em casa o retorno do caçador com a carne. Dona Rosa falou-me da comida do mato. Ela prefere as carnes de cotia e de tatu, mas o tatu de rabo mole não tem boa carne, disse. Todas as carnes são cozidas na panela, nunca assadas, acrescentou.

Para dona Rosa a diferença entre carne do mato e carne comprada está no significado religioso da primeira.

Com as duas entrevistas reproduzidas acima, pude constatar alguma mudança relacionada à constância e importância da caça entre os Mbyá. Fica evidente a alteração sofrida com a migração. Mesmo pondo em questão a abundância de caça há vinte ou trinta anos na área das cataratas, não é de se crer que a fauna por lá tenha diminuído muito, uma vez que suas matas não encolheram tanto. Numa apreciação dos resultados da caça, nas duas regiões, percebe-se que a desvantagem está aqui na costa atlântica, onde a prática ficou destinada, na maioria das vezes, ao uso de armadilhas.

Dado o dramático quadro de fragmentação de nossas matas costeiras, espremidas entre centros urbanos importantes, as expedições de caça ficam muito limitadas ou, mesmo impossibilitadas.

Ao menos na região do Amâncio, a expedição de caça parece estar desaparecendo. Podendo, eventualmente, ser revivida caso a sorte lhes apresente com rastros de animais maiores nos últimos trechos de florestas viáveis que a Serra do Linga oferece.

Marciano disse-me que seus amigos da aldeia de baixo, do Amaral, identificaram pegadas de porco do mato. É um dos animais mais procurados da fauna brasileira, pois sua carne é saborosa e, como visto acima, está presente nos primeiros relatos dos conquistadores. Segundo a literatura antropológica o porco do mato é animal sagrado dos Guarani, é o mensageiro de Nhanderu. Conforme disse o senhor Carlito, acima, o porco do mato era caçado com espingarda ou arco e flecha nas expedições de caça.

Numa das primeiras vezes em que estive na aldeia o meu principal colaborador, Roberto, falou-me da existência de cervos vermelhos nas encostas mais elevadas da serra. Tinha ele a intenção de caça-los e, para tanto, me sugeriu que levasse um fio de metal, quando lá retornasse. A ideia era fazer uma armadilha de laço, usando um material resistente o suficiente para suportar a força do animal quando preso pela pata. Neste caso, em face da longa distancia que deveríamos percorrer, considerei o convite uma expedição de caça, mesmo sendo destinada a fazer armadilha.

Uma vez que as práticas extrativistas mais importantes ali, tais como as constantes coletas de taquaras, definem o itinerário da aldeia, fica a caça também

vinculada à mesma rota e mantida nas proximidades, enquanto as expedições tornam-se inviáveis, pois demandam muito tempo e não garantem um resultado positivo.

8 A CAÇA NO ENTORNO DA ALDEIA

Visto que a região do Amâncio, na Serra do Itinga, já não oferece condições ideais para a realização da expedição de caça para abater animais maiores à flechada, devido à fragmentação da floresta em áreas relativamente pequenas que não comportam uma fauna grávida, e dado também que a vida na aldeia está bastante ligada às atividades de coleta de taquara para produzir artesanato, além da agricultura e outros trabalhos (como o mutirão para construir casas), podemos provisoriamente concluir que a modalidade de caça com armadilha, ou caça indireta, é a mais viável forma de se conseguir carne do mato - ou seja, é a caça possível.

É no entorno da aldeia do Amâncio que se dá a prática da caça com armadilhas. E são as trilhas, que se irradiam da aldeia para todos os lados, que viabilizam esse trabalho, tornando muito fácil e rápida uma ronda para sua verificação e manutenção.

Certa vez acompanhei Roberto numa dessas rondas de verificação. Atravessamos a plantação de batata doce descendo até o limite da clareira onde as macegas encontram a mata. Nesta parte mais baixa a floresta apresenta-se menos luxuriante e mais explorada, parecendo secundária. Minutos depois e já estávamos cruzando um brejo em meio a um bananal asselvajado. Mais a frente, já sobre um terreno enxuto, árvores mais corpulentas passavam uma melhor impressão da mata e pássaros piando, quase invisíveis sob o dossel, atraíam a atenção de Roberto que levava seu estilingue, caso facilitassem. Bem ao lado da trilha, ao alcance da mão, havia uma linda orquidea azul, cujo destino, disse-me o índio, seria o comércio em Itapema. Soube, então, que plantas ornamentais também são aproveitadas.

Estávamos nessa trilha ondulante havia poucos minutos quando passamos a subir de uma vez e fazendo curva para a esquerda. Foi o local onde encontramos escondido na vegetação um velho mundéu de dois troncos. Aproximei-me para ver melhor aquela armadilha diferente, já que todos que conhecera contavam com apenas um tronco. Roberto disse-me que se tratava do mundéu do

Marciano. Entre os Mbyá as armadilhas são particulares, cada uma é identificada com quem a montou, sendo a caça compartilhada com todos da aldeia. Marciano, como pude ver, prefere usar dois pesados troncos, um sobre o outro.

Continuamos subindo e levemente percorrendo um arco para a esquerda, já podia perceber, então, que estávamos contornando uma área da mata. A floresta, agora, apresentava-se ainda mais exuberante, com árvores mais antigas e de várias espécies e as grandes samambaias, de troncos altos, eram também mais numerosas. Logo o caminho ficou horizontal e em seguida começamos a descer. Já podendo ouvir vozes de crianças, definitivamente entendi que a trilha perfazia uma volta rápida pela mata. Descemos mais um pouco e Marciano saiu da trilha, entrando no mato fechado a beira de uma grota, era o momento de verificar outro mundéu. Como o primeiro este também tinha dois troncos. Era mais uma armadilha de Marciano e esta ainda maior. Colocada na beira da grota, com dois pesados troncos, surpreendia pelo esforço físico imaginado para tal serviço. É que os tatus também fazem suas trilhas. A espécie mais procurada, o de nove faixas, é um bicho de corpo maciço e encouraçado. Seu deslocamento causa o afastamento de folhas secas, dando forma a um pequenino caminho não muito difícil de perceber.

Pouco antes de deixarmos a mata Roberto colheu uma planta medicinal. Disse ser um remédio para combater o "arrepio" e que é muito usado na aldeia.

A trilha percorrida em tão pouco tempo nos levou da área de cultivo às matas que fornecem taquaras, remédios, madeira e caça. A experiência mostrou-me a viabilidade do lugar com que o senhor Carlito disse ter sonhado.

Outras trilhas são igualmente rápidas e produtivas, como a que leva da aldeia até a outra margem do riacho, mas no sentido oposto à encosta, na baixada. Nesta Também fui guiado por Roberto, quando fomos verificar uma armadilha deixada perto da água para as capivaras.

Várias outras partem da antiga estrada das madeiras penetram fundo na mata, rumo às partes mais elevadas, principalmente as que se destinam aos pontos de extração de taquaras, plantas que parecem ser mais abundantes nas encostas íngremes. É a face mais promissora da região, pois como já citado, está coberta com a maior extensão de mata ainda em bom estado de conservação. É onde Marciano disse-me ter sentido, tempos atrás, a presença de um animal grande e que não conseguiu identificar. E onde ouvira o ronco de bugios, os macacos barbudos.

O trânsito nas trilhas para verificar as armadilhas tem como motivo não só o desejo óbvio de conseguir carne de caça. Também é preciso que as desativem caso necessitem se ausentar por uns dias, evitando, assim, que um animal não recolhido a tempo apodreça ali.

O bom estado de conservação e acessibilidade das trilhas mostra a frequência de seu uso e a regularidade dos processos extrativistas. Evidências como estas permitem afirmar que os Mbyá do Amâncio estão ali vivenciando o seu "sistema" (tekó). Exploram constantemente a floresta, mas o fazem de forma sustentável, uma vez que, caminhando pelas trilhas, não se percebe buracos ou marcas acentuadas do extrativismo, sobretudo nas matas mais preservadas, onde, exceto pela própria trilha, não se esboça sinal algum da presença humana, salvo, é claro, a ausência das árvores de madeira nobre há muito levadas pelos madeiros.

As marcas perceptíveis da retirada de vegetação graúda estão nas partes baixas, na altura da aldeia. É onde as matas são delgadas, com aspecto empobrecido e mesmo de vegetação secundária, uma vegetação que cresceu espontaneamente após o abandono de uma roça. Daí, pequenas árvores são abatidas e destinadas à construção de novas casas ou para servirem de combustível e outros fins.

Conforme Ladeira (2008), na tradição Mbyá as capoeiras, matas miúdas, matas secundárias, são reservadas para uma exploração mais intensa no cotidiano da aldeia. São chamadas kaguy yvin, e é onde são escolhidas as áreas para as roças.

Já as matas que se apresentam em razoável estado de conservação, as que sofreram exploração pouco intensa, são mantidas para atividades mais especiais, tais como a caça e a coleta de ervas para fins medicinais. Estas são as ka"aguy ete, segundo Diogo Oliveira (2009).

Nesta última classificação encontram-se as matas superiores, de encosta acima, da região do Amâncio. É nelas que seus habitantes praticam a caça com armadilhas, a caça indireta. Conforme André os resultados positivos da caça estão diretamente ligados ao bom estado de conservação da floresta, quanto mais primitiva a mata maior a chance de se capturar um animal silvestre.

Mas as armadilhas também são preparadas em meio às roças. É o caso de se combater o ataque de ratos silvestres que são atraídos pelas roças de milho ou de cutias que atacam as batatas.

09 ARMADILHAS

Três são os modelos de armadilhas usados frequentemente no Amâncio. E, na verdade, vi apenas estes, a saber: o *mundé* (armadilha de queda), *nhuã* (armadilha de laço para mamíferos de pequeno e médio porte) e o *nhuã-i* (armadilha de laço para pegar aves).

O processo de construção do *mundé* ocorre no local onde o caçador encontra vestígios da presença do animal. Tendo encontrado o "carreiro" do tatu, o caçador, munido apenas de um facão, passa a colher os materiais necessários para o trabalho.

O primeiro passo consiste em posicionar um pesado tronco com aproximadamente dois metros de comprimento e vinte centímetros de diâmetro. Para este fim não há madeira específica, contanto que não seja torta. Uma vez posicionado o tronco na direção do caminho do bicho, passa-se às estacas. Duas são fixadas num dos extremos para evitar que a pesada peça saia do alinhamento, enquanto as outras, cerca de dezoito, são dispostas verticalmente de forma alinhada, sendo nove de cada lado guarnecendo o outro extremo do tronco. Entretidas às nove estacas, varas em linha horizontal são encaixadas de baixo para cima, formando assim a entrada da armadilha e não permitindo que o bicho escape para os lados. Finalmente, são instaladas as peças de disparo. Mantém-se o tronco com uma extremidade levantada, e uma estaca maior e bifurcada é fixada ao lado dele. Sobre a forquilha que está na parte superior desta estaca é encaixada uma alavanca de cuja extremidade, junto ao tronco levantado, parte um cipó sustentando todo o peso do tronco. Na extremidade externa desta alavanca outro cipó é amarrado e fixado com uma pequena peça de madeira, em forma de pino na vertical, à outra peça que, disposta na horizontal, sustenta uma plataforma de madeira colocada abaixo do tronco e que deverá ser pisada pelo tatu. O peso do bicho faz a plataforma descer e o pino escapar, tirando, assim, o apoio que sustenta o tronco e causando o esmagamento do animal.

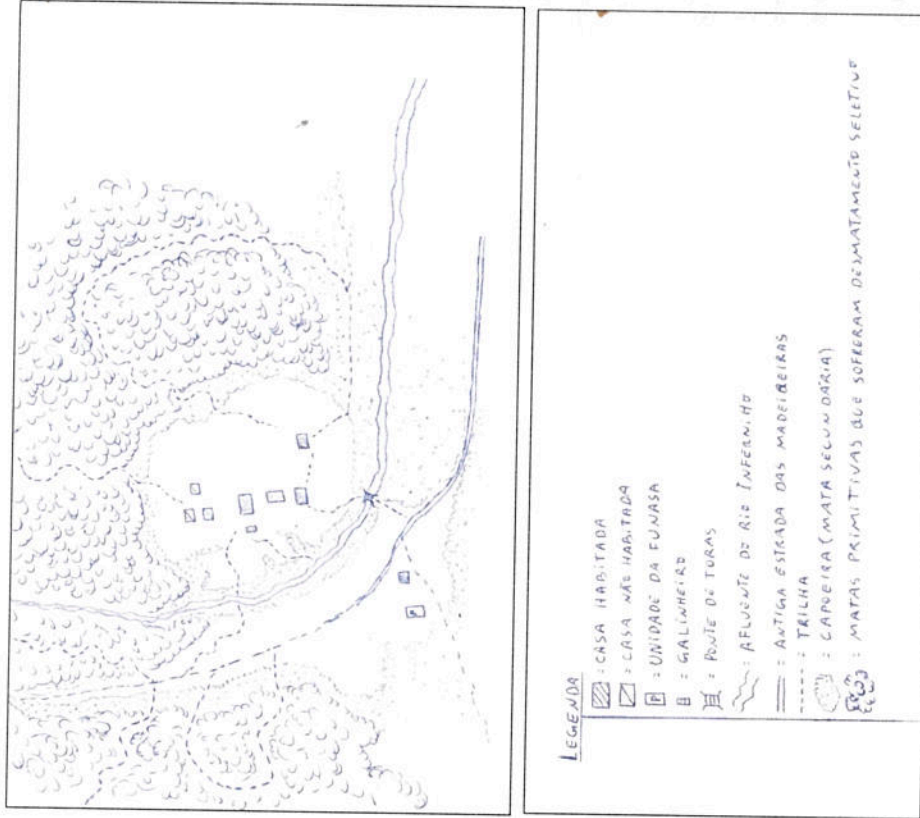


Figura 2: A aldeia

Obs.: a área branca próxima às casas é totalmente limpa; entre as casas, as capoeiras e matas a área é desmatada para uso agrícola.

Fonte: Elaborada pelo autor (2010).

Várias estacas avulsas são fixadas em ambos os lados do "carreiro" até a boca da armadilha, facilitando, com isso, a condução do tatu para o engodo.

De forma a aumentar a letalidade da armadilha, pode o caçador decidir acrescentar uma pedra sobre o tronco ou, ainda, usar dois troncos sobrepostos.

O *mundé* terá seu tamanho definido pelas marcas deixadas pelo bicho. Se o caçador encontrar uma larga trilha de tatu significa que o animal é grande e precisará de um tronco pesado o suficiente. Nas roças são deixados pequenos *mundés* para abater ratos, e neles são usados troncos que não passam de dez centímetros de diâmetro. Enquanto que nas matas primitivas armam-se os maiores e mais pesados *mundés*.

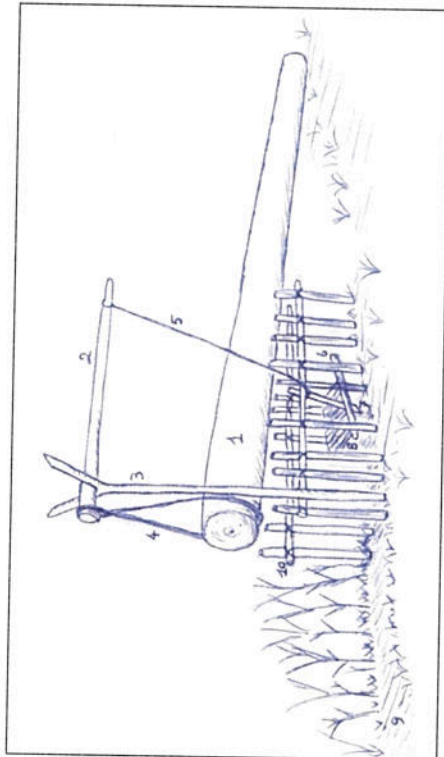


Figura 3: Mundé (armadilha de queda); 1) tronco destinado a cair sobre o animal; 2) alavanca de sustentação; 3) suporte da alavanca; 4) cipó que suporta o tronco; 5) cipó ligado ao pino de disparo; 6) pequena peça horizontal sob a plataforma que deverá ceder com o peso do bicho; 7) pino de disparo que fixa a peça anterior; 8) pequena plataforma; 9) caminho do tatu; 10) estacas laterais
Fonte: Elaborada pelo autor (2010).

Duas são as armadilhas de laço, a *nhuã* e *inhuã-i*. A primeira para animais de pequeno e médio porte e a segunda somente para as aves, principalmente as que caminham pelo chão da floresta, como o macuco e o inambu.

A *nhuã* exige primeiramente uma longa e flexível vara, tendo sua extremidade mais grossa fincada no chão, ou amarrada em uma base forte. A

extremidade oposta é amarrada a um fino e curto cipó e vergada até o chão junto ao carreiro que denuncia a passagem do bicho. Sobre este caminho do animal é cavado um buraco de um palmo de diâmetro, e dentro deste um par de forquilhas invertidas é fincado, deixando suas extremidades expostas uns dez centímetros acima. Amarradas a essas forquilhas duas peças de madeira são fixadas uma sobre a outra e na horizontal. Aqui também é utilizado aquele mesmo pino de disparo do *mundé*. O pino fica apoiado entre as duas pequenas peças de madeira, sendo que a de baixo suporta uma plataforma que deverá ser pisada pelo animal. A peça de cima é envolvida pelo pino amarrado ao cipó que está ligado à vara flexionada. Mais um cipó forma o laço, que também parte desta vara flexionada, passando por um anel fixado na peça de madeira superior e se abrindo em torno do buraco. Finalmente, sobre a plataforma que esconde o buraco é espalhado um pouco de palha para camuflar o falso chão. Quando o animal pisa no que pensa ser o caminho, faz descer a plataforma destravando o pino que mantém a vara flexionada. A pata afunda no momento em que o laço fecha e prende o bicho pela perna dianteira.

A *nhuã* é usada para capturar capivaras, veados e porcos do mato. André falou-me que, tempos atrás, um veado fora capturado com esta armadilha na região do Amâncio. E, certa vez, eu e Marciano encontramos numa trilha próxima da aldeia pegadas bem nítidas de capivaras. No entanto, esta espécie não foi, ainda, ali capturada.

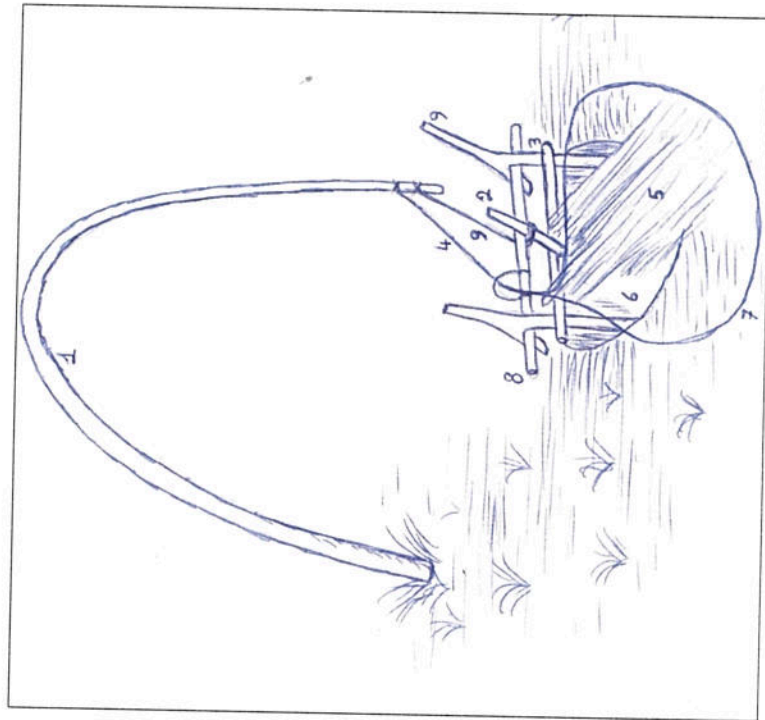


Figura 4: nhuã (armadilha de laço para mamíferos); 1 vara arqueada; 2 pino de disparo; 3 peça que suporta a plataforma; 4 laço; 5 plataforma; 6 buraco; 7 arco; 8 peça que segura o pino de disparo; 9 cipó tensionado
Fonte: Elaborada pelo autor (2010).

A *nhuã-i* é a armadilha usada para a captura de aves e pouco difere da anterior. Começa com uma vara vergada com dois cipós presos na ponta, um prendendo o pino de disparo e o outro para servir de laço, como na *nhuã*. Sua diferença está na menor profundidade do buraco e na estrutura que suporta o pino de disparo. Em vez de duas pequenas peças de madeira, uma sobre a outra e em linha horizontal, na *nhuã-i* é usado um pequeno arco fincado no chão e encimado pelo anel de cipó por onde corre o laço. Atravessando este pequeno arco, na sua metade inferior e pelo lado do buraco, está uma peça de madeira, em linha horizontal, que suporta a plataforma a ser pisada pela ave. Quando pisada faz

descer a plataforma, provocando a liberação do pino que repousa tensionado pelo cipó entre a peça de madeira e o pequeno arco.

A ave tem a perna presa ao laço e seu corpo leve só é impedido de ser arremessado graças ao anel de cipó, com apenas alguns centímetros de diâmetro, por onde corre o laço.

Na pequena plataforma são deixados alguns grãos como isca, como bagos de milho, feijão e outros.

Esta armadilha é distribuída pela área de forma um pouco aleatória, pois as aves não deixam marcas como os mamíferos. Sabendo da presença de aves como os macucos e inambus, boas para comer, os Mbyá do Amâncio decidem armar as *nhuã-i* em clareiras próximas de locais onde costumam ouvir repetidamente o pio das aves. Tais locais são identificados e selecionados principalmente nas capoeiras que ficam perto da aldeia, e mais raramente nas matas preservadas.

Segundo Roberto a *nhuã-i* é uma armadilha que as crianças muito cedo aprendem a fazer. Nela pegam não apenas o macuco e o inambu como também toda sorte de pequenas aves.

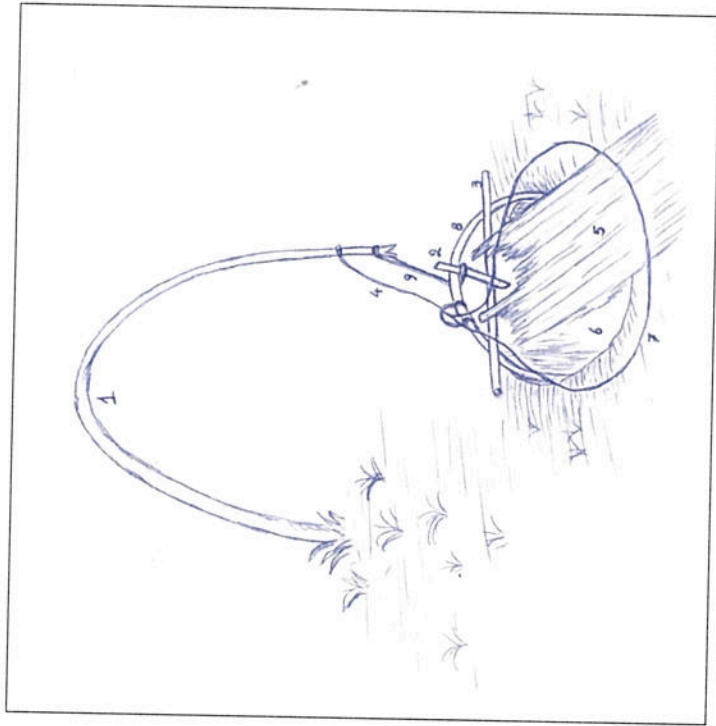


Figura 5: Nhuã-i (armadilha de laço para pegar aves). 1) vara arqueada; 2) pino de disparo; 3) peça que suporta a platatorma; 4) laço; 5) platatorma; 6) buraco; 7) laço; 8) arco; 9) cipo
Fonte: Elaborada pelo autor (2010).

As três armadilhas descritas acima são construídas no mato usando-se apenas os materiais ali encontrados. Estão espalhadas por toda a área da aldeia, sendo que os *mundés* mais nas matas primitivas, as *nhuãs* nas baixadas próximas de rios e as *nhuã-ís* nas áreas de muita interferência humana, as capoeiras. E ainda que os resultados da caça não sejam frequentemente positivos, os Mbyá inspecionam as armadilhas e fazem sua manutenção, sistematicamente, no mínimo a cada dois dias.

Quase todo o extrativismo animal é produzido através do uso desses artefatos, sendo uma menor parte resultante do uso de estilingue. Esta arma que atrai pedras, como sabemos, é destinada unicamente para o abate de aves, sobretudo as que voam sob as copas das árvores.

A despeito dos vários cães existentes na aldeia, não são empregados na caça. Uma vez que a detecção de animais é, ali, visual no caso de pequenos mamíferos e auditiva quanto aos pássaros, e as expedições de caça não são mais praticadas, torna-se desnecessário seu uso. Os Mbyá do Amâncio praticam, sobretudo, uma caça de espera, indireta, confiando na eficiência das armadilhas deixadas no caminho dos bichos que com eles dividem o mesmo espaço.

A sofisticada tecnologia das armadilhas permite o conforto da espera somado à conveniência econômica. Além de estarem armadas próximo de casa, são feitas com materiais fornecidos pela mata e que se mostram muito duráveis, principalmente no caso do *mundé*. Esta inteligente armadilha, cuja lógica de engenharia está no princípio da alavanca, permanece no mato por mais de um ano, necessitando substituir apenas as peças menores do conjunto. Quando acionada com um leve toque para soltar o pequeno pino de madeira produz um disparo que surpreenderia o próprio Arquimedes. Quanto às armadilhas de laço a flexibilidade das varas tende a se perder se por longo tempo permanecerem vergadas.

Esses saberes estão sendo transmitidos para as novas gerações, conforme André relatou-me. No momento apenas o Marciano tem filho homem em idade de ir para o mato. É um menino de nove anos que já está sendo iniciado nos segredos da caça, acompanhando-o nas trilhas do entorno da aldeia para a leitura dos rastros e marcas de animais, bem como na construção de todas as armadilhas. Segundo meu informante, é na plena infância que os meninos são ensinados a caçar, com mais ou menos oito anos de idade, para logo depois terem suas próprias armadilhas.

As meninas não recebem tais ensinamentos, pois a caça é prerrogativa masculina. Ficam, elas, com os saberes relativos à culinária, ao preparo da veação que é sempre cozida, nunca assada.

A respeito das prescrições alimentares, curiosamente, segundo André, não existem ali. Mulheres grávidas, crianças, idosos e doentes podem comer de tudo, com exceção da carne de guaxinim, o mão pelada, já que esta tem sabor desagradável.

Não obtive respostas claras quanto à sazonalidade das variadas espécies da fauna. Apenas Marciano fez alusão à diferença entre inverno e verão, quando considerou que no frio os bichos ficam mais escondidos. Roberto e André não souberam listar espécies animais cuja ocorrência alterna-se em diferentes períodos

do ano. Este aparente desconhecimento constatado em campo me reportou para uma noção básica de ecologia das florestas tropicais e subtropicais, vistos como ambientes bem caracterizados pela perenidade de sua flora e fauna. Isto é, nos climas tépidos, com distribuição regular de chuvas, a vegetação é sempre verde e a fauna está sempre ali.

10 DO EXTRATIVISMO EM GERAL

Muitas são as espécies da Mata Atlântica extraídas para uso na aldeia, no entanto a maioria só eventualmente é procurada. Dentre as espécies da flora local, regularmente extraídas da mata para uso cotidiano na aldeia, está em primeiro lugar a taquara. Segundo André, esta é a principal matéria prima do artesanato, trabalho que, por sua vez, constitui a mais importante fonte de renda.

Outra espécie botânica também regularmente extraída é a djaraundi. Trata-se de uma estranha erva que brota no chão da mata primária. Roberto disse-me que a djaraundi é frequentemente procurada para combater febres, e deve ser bebida junto com erva mate.

As outras plantas muito usadas na aldeia, como as palmeiras guaricanga, cuja folha usa-se como telha, e as grandes samambaias, que podem servir na construção de paredes e pequenas pontes, além de toda sorte de pequenas árvores que igualmente são usadas na construção de casas ou mesmo para servirem de lenha, não as relaciono como espécies regularmente extraídas por serem usadas poucas vezes, dada a sua durabilidade.

Quanto ao extrativismo animal, não vi possibilidades de considerar alguma regularidade na captura ou abate de determinada espécie. Há, sim, uma evidente regularidade na prática de caçar com armadilhas, na constante circulação pelas trilhas para verificar os artefatos montados no nicho dos animais silvestres. E como já referido acima, os resultados positivos são poucos. Segundo Roberto, um bicho a cada dois meses, em média. Assim, qualquer espécie que cair é bem vinda, exceto o guaxinim e o tatu do rabo mole, já que possuem carne de sabor desagradável.

Os mundés são montados nas trilhas de tatu galinha, que é a espécie desejada, mas pode o caçador encontrar algo diferente como um quati, gambá, porco espinho, cutia e outros. Tal informação, dada por André, mostrou-me que, em se tratando de caça, a regularidade está só com o homem, pois os animais da floresta mostram-se sempre inconstantes.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visitei os Mbyá do Amâncio dezesseis vezes e esta experiência de contato e aproximação possibilitou-me conhecer um pouco de uma sabedoria indígena vinculada ao mundo florestal, por eles tão valorizado. Tenho certeza de que este modesto trabalho é absolutamente insuficiente para transmitir ao leitor a magnitude e a beleza da relação que os Mbyá travam com sua terra e seus recursos naturais. Certo é que constatei a importância das matas da Serra do Itinga para a vida desta comunidade. Nas suas casas vi, de imediato, o uso eficiente e equilibrado das árvores e palmeiras, nas paredes, coberturas e móveis.

No uso da terra para agricultura também estava evidente o comedimento na distribuição do espaço, onde áreas já alteradas são mantidas para lavoura e extração de lenha, enquanto as matas permanecem preservadas bem próximas da aldeia.

Verifiquei com alegria a vivacidade da tradição da caça e a sua continuidade na transmissão para as novas gerações. É uma prática extrativista vegetal que não deixa marcas na floresta, não obstante sua constância.

Com certa apreensão vi também que os Mbyá do Amâncio não conseguem viver apenas com os recursos da terra. Entre o modo de ser tradicional e as novas necessidades materiais parece haver uma tensão. As vendas do artesanato não trazem renda suficiente e as aposentadorias dos patriarcas são limitadas para uma população que cresce. Neste quadro dramático, agravado pelo isolamento geográfico, a expectativa de encontrar novas fontes de renda não parece improvável.

Novas casas estão sendo construídas na aldeia e mais famílias estão chegando. Não tive a oportunidade de conhecer os novos moradores, mas, com base na minha experiência, não tenho razões para duvidar da continuidade do equilíbrio na bela Serra do Itinga.

BIBLIOGRAFIA

- BOND, Rosana. **A saga de Aleixo Garcia**. Florianópolis: Editora Insular, 1998.
- CABEZA DE VACA, Álvar Núñez. **Naufrágios e comentários**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1999.
- CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- COOPER, John M. **Suma Etnológica Brasileira Vol 2, Tecnologia Indígena**. Petrópolis: Vozes FINEP, 1986.
- DARELLA, Maria Dorothea Posi. **Ore roipora yvy porá. Nós queremos terra boa**. São Paulo: PUC/SP, 2004.
- FAUSTO, Carlos. **Fragments de história e cultura tupinambá**. Da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LADEIRA, Maria Inês. **Espaço geográfico guarai-mbyá**. Significado, constituição e uso. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- _____. **O caminhar sob a luz**. Território Mbyá à Beira do Oceano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- LITAIFF, Aldo. **As divinas palavras**. Florianópolis: Editora da UFSC 1996.
- MIRAGLIA, Luigi. **Caza, recolección y agricultura entre indígenas Del Paraguay**. SUPLEMENTO ANTROPOLÓGICO n 10 V1/2, dezembro de 1975.
- MONTEIRO, John Manuel. Os guarani e a história do Brasil Meridional. In **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MOSIMANN, João Carlos. **Porto dos Patos, 1502-1582**. A fantástica e verdadeira história da Ilha de Santa Catarina na Era dos Descobrimentos. Florianópolis: Eletrosul, Eletrobrás, Ministério das Minas e Energia, 2004.

- OLIVEIRA, Diogo. **Nhanderukeri Ka Aguy Rupa**. As florestas que pertencem aos deuses. Florianópolis: Monographia, UFSC, 2009.
- PAULI, Evaldo. **Enciclopédia Simpozio**. Florianópolis, 2000.
- SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura guarani**. São Paulo: EDU/EDUSP, 1974.
- STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: 1851.
- THEVET, André. **As singularidades da França Antártica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.